

A insurgência da *ação direta* na Imprensa Operária da Primeira República em *A Plebe*

João Gabriel da Fonseca (UFG)

Graduado em Licenciatura em História pelo IFG; especialista em História Cultural (Imaginário, Identidades e Narrativas) pela UFG; mestrando em História pela UFG. Atualmente é professor de História na Rede Privada de Ensino em Goiânia. É autor dos livros: *Escritos sobre a Imprensa Operária da Primeira República* (Pará de Minas: VirtualBooks2013) e *Educação e Anarquismo: Uma perspectiva libertária* (Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2012). É membro do NEPALM (Núcleo de Estudos e Pesquisas América Latina em Movimento) e membro do corpo editorial da *Revista Espaço Livre* (Revista de Opinião, Cultura e Ciências Humanas). E-mail: joao-gabriel_fonseca@hotmail.com

1 Como era usual e frequente cantar o hino *A Internacional* de Eugène Pottier durante as reuniões e manifestações nos acontecimentos grevistas de 1917, faço alusão a um trecho da letra para esse subtítulo.

Resumo: O presente texto tem por objetivo discutir os projetos de ruptura social advindos do periódico *A Plebe* com o recorte temporal no ano de 1917. Para esse intento, fazemos uma tripla jornada: primeiro, apresentamos de maneira sucinta nosso universo conceitual; segundo, apresentamos uma breve historicidade do periódico acima mencionado e aqui tomado como fonte primária e, por fim, evidenciamos nesse ínterim, as formas de sociabilidade organizadas por um plano estratégico de atuação: a ação direta.

PALAVRAS-CHAVE: *A Plebe*, ação direta, anarquismo.

Abstract: The current text holds as its goal to discuss the social rupture projects coming from the newspaper "A Plebe" amidst the happenings of 1917. For this purpose, we make a triple journey: first, we present in a brief fashion our conceptual universe; second, we present a short history of the period mentioned above and here taken as a main source and, finally, we evidence in the meantime, the forms of sociability organized by a strategic plan of activity: direct action.

KEY-WORDS: A Plebe, direct action, anarchism.

"Urge a ação em todas as suas manifestações, consciente, decidida, vigorosa".

Rumo à Revolução Social, Edgard Leuenroth (*A Plebe*, nº1, p. 1, 9 de junho).

Introdução

A ideia de fazer esse texto está intrinsecamente ligada com a forma com a qual me deparei com o anarquismo (de maneira difusa e marginal) nos círculos acadêmicos. Também é fruto de reflexões de como hegemonicamente esse conceito (além até mesmo de mero conceito) é entendido no interior das faculdades, universidades, escolas, etc. As (in) compreensões e análises reducionistas sobre o anarquismo, na maioria das vezes foram fruto, ora de mal entendidos, de falta de leituras e, quando houve, leituras apressadas que formaram uma imagem caricata do anarquismo; outrora de ranços e intenções *a priori* com um objetivo já delimitado e (pré) conceituoso sobre suas temáticas. Quando assim pensado, fica quase impossível compreender algo de proveitoso do anarquismo.

Dessa maneira, as páginas que se seguirão não buscam um fim em si mesmo, e também, não são a solução para essas incompreensões as quais eu cito. São meros esforços para compreender algumas singularidades recônditas das práticas políticas anarquistas (uma entre tantas) que emanaram da classe trabalhadora para a classe trabalhadora. Um grão de areia frente ao que já foi produzido e está arquivado. Assim, ressalto as palavras de Errico Malatesta quando afirmava que

"Na ciência, as teorias, sempre hipotéticas e provisórias, constituem um meio cômodo para reagrupar e vincular fatos conhecidos, e um instrumento útil para a investigação" (MALATESTA, 2007, p. 39),

mas essa ciência apenas interpreta os fatos novos e não é a verdade única e acabada.

Para chegarmos a tal objetivo, algumas indagações são necessárias: como podemos compreender o termo *ação direta*? Que relação existia entre os grupos militantes e o operariado no contexto de 1917? E ainda, como a imprensa operária estava inserida antes, durante e após a greve geral de julho de 1917?

"Trabalhador forte e fecundo"¹

Com a sublevação da classe trabalhadora nos meses de abril e maio, conforme apontamos anteriormente, uma greve geral estava prestes a eclodir. Com a fundação do novo semanário de Edgard Leuenroth na segunda semana de junho, mais um órgão vem à tona com o objetivo de conscientizar os trabalhadores de seu atual estágio de exploração e sua potencialidade revolucionária. Para isso, *A Plebe* utilizou de diversos mecanismos - entre eles fotografias e imagens que retratavam o contexto da classe operária brasileira e mundial (o clericalismo, a Primeira Guerra Mundial, as condições da reprodução material e existencial da classe, além de seu projeto de sociedade futura, fundada na anarquia) - que chamaremos aqui de *pressupostos políticos e pedagógicos da ação direta*.

Definida como mecanismos e estratégias dos anarquistas para uma forma de educação libertária do operariado pela ação grevista, preparando-o para a “grande revolução” que poria fim à sociedade burguesa, a ação direta se torna algo elementar na nossa definição. Assim, conforme a importante constatação de Guimarães (2011, p. 110), a ética libertária incluía a ação direta que se utilizava de dois dispositivos: o primeiro entendido como persuasão (formas de convencimento do outro) e o segundo, a luta eminentemente direta contra a burguesia e sua sociedade.

Os periódicos do período apresentam propostas distintas, se aprofundando naquilo que respectivamente se propuseram, cada qual seguindo a sua linha editorial. Nesse sentido, o periódico *A Plebe* se constituiu como um substituto de *A Lanterna* aprofundando em questões antes não elucidadas pelo antigo periódico de caráter anticlerical. Assim os seus textos são expressões das convergências existentes entre a teoria anarquista e a realidade brasileira, mediada por particularidades durante seu processo de confecção, sobretudo durante os dias da *Semana Trágica*².

Os temas sobre os quais se tratavam o periódico, quando do contexto da Primeira Guerra Mundial, eram o nacionalismo e o sorteio militar que se tornara imposto naquele período. *A Plebe* debateu questões diversas, entre as quais a exploração do trabalho, o poderio exercido pelo clero em relação à educação, a situação da classe trabalhadora frente à carestia de vida que crescerá nos últimos meses de 1916 e se potencializou em 1917, a relação da burocracia governamental com a sociedade, etc. Assim, considerando que as representações da ação direta em *A Plebe* se davam de forma difusa e multifacetada, analisaremos a diversidade que tais estratégias foram utilizadas pelo periódico anarquista.

A ideia de se adotar uma perspectiva ampla de luta será fundamental para a concepção de educação que estamos analisando. Como o processo de educação libertária passa fundamentalmente por compreender a necessidade de uma *luta final*³, *A Plebe* irá relacionar as lutas pelas melhorias atuais e imediatas com seu objetivo final. Assim, a luta do jornal anarquista não era meramente contra a moral religiosa, como às vezes ficara claro no antigo jornal *A Lanterna*, o qual Leuenroth dirigia. Ela se estabelecia em uma complexidade ramificando-se em várias formas de atuação contra a sociedade capitalista e colocava elementos prefigurados de uma sociedade radicalmente diferente. Essa estratégia anarquista adotada por *A Plebe* articulava a luta libertária em prol de uma sociedade igualitária com a instrução da classe (protagonistas centrais nesse processo), para que atingisse seu objetivo final: a revolução social. Sendo assim, analisaremos nas páginas que se seguem, alguns desses elementos da ação direta como pressuposto educativo na constituição de formas de sociabilidade coletiva com um fim social efetivo (GUIMARÃES, 2011, p. 109).

Pela ação direta: “Rumo à Revolução Social” e “Em nome do Povo, não!”

O texto de autoria de Edgard Leuenroth e outro de *Bazílio de Torrezão*, publicados respectivamente no primeiro e no segundo número de *A Plebe*, são fundamentais para interpretarmos a forma que o periódico concebia a ação anarquista e a tarefa histórica do proletariado.

O texto de Leuenroth, que inaugurara o periódico sob o título de *Ao que Vimos – Rumo à Revolução Social* faz uma análise das motivações de se criar um novo periódico e do contexto específico em que este surge. Assim, Leuenroth irá apontar através de uma linguagem simples e direta, os principais elementos que figuravam na realidade da época, a força e necessidade do periodismo militante, além da necessidade histórica do proletariado de superar essa sociedade e edificar uma nova.

Contrapondo-se às análises reducionistas sobre a realidade social, o autor apresenta nas passagens seguintes o entendimento da vida social humana como implicada em suas diferentes dimensões.

Ao que vimos – Rumo à Revolução Social

“E assim, sempre sustentada pelos mesmos lutadores do meio libertário, valiosamente coadjuvados por um bom núcleo de homens de consciências bafejadas por princípios inovadores espalhados por todo o Brasil, foi A Lanterna atravessando os anos, vivendo a vida das folhas avançadas, zurrindo impiedosamente a canalha da Igreja, desmascarando os tartufos sociaes, combatendo, em campanhas memoráveis que lhe valeram perseguições sem conta, todas as explorações e tyrannias e collocando-se sempre, com a sinceridade e o entusiasmo de quem esposa uma causa que é sua, ao lado das victimas dos potentados” (...). (LEUENROTH, Edgard. A PLEBE, n° 1, p. 1, 9 de junho).

Apresentado os motivos do nascimento de mais um jornal, Leuenroth esclarece os leitores que o objetivo do periódico é o de:

“(...) corresponder, de maneira mais completa, á magnitude deste extraordinário momento histórico por que está atravessando a humanidade. Estão em jogo os destinos da sociedade actual. Multiplos são os elementos que, em trágica associação, arrastaram os povos á horrível situação presente, exigindo que contra todos elles se empenhe uma luta sem tréguas e de exterminio (...)” (LEUENROTH, Edgard. A PLEBE, n° 1, p. 1, 9 de junho).

Ainda, relatando os empecilhos da realidade em se criar um novo periódico, Edgard Leuenroth explica os motivos da substituição de *A Lanterna* por *A Plebe*.

“Por isso, apesar das tremendas dificuldades dominantes, aparece A Plebe em substituição á A Lanterna que, tendo surgido com o título tradicionalmente anticlerical, para dar combate ao clericalismo, apresentou-se sempre com uma feição mais ampla, atacando o padre e a Igreja

² Este termo foi utilizado por Christina Lopreato no primeiro capítulo de sua obra *O Espírito da Revolta – A greve geral anarquista 1917*, que através de uma análise detida, a autora reconstituiu a semana entre os dias 9 e 16 de julho de 1917, entendida por ela como a *Semana Trágica*. Cf. Lopreato (2000).

³ Maneira pela qual o sentido da luta estabeleceria não apenas nas reformas políticas, sociais, econômicas e/ou educacionais, mas, sim, pela luta contra o capitalismo e o Estado de maneira geral.

na sua razão de ser, como elementos perniciosos, aliados perennes dos dominantes, ao mesmo tempo em que tocava, por ser dirigida por libertários, em todas as faces da questão social" (A PLEBE, nº 1, p. 1, 9 de junho).

Noutro momento do texto, Edgard Leuenroth irá, com veemência, continuar apresentando os objetivos da fundação d' *A Plebe* e seus objetivos finais. Concluindo o texto com as seguintes palavras, Leuenroth está convicto da necessidade de um novo órgão anarquista.

"Urge, portanto, proseguir na obra dos abnegados de outrora para que, quando além das fronteiras concencionaes ruir fragorosamente o arcabouço apodrecido do regimen social dominante, tambem o povo desta terra, no arrebol de um novo e sublime 13 de Maio, conquiste sua alforria derradeira, fazendo com que o Brazil, passando a pertencer a todos os seus habitantes, a todos proporcione a vida folgada e feliz que a exuberancia trabalhada de suas riquezas natu-raes permite."

E' com esse objectivo que vem lutar A Plebe. (LEUENROTH, Edgard. A PLEBE, nº 1, p. 1, 9 de junho).

Conforme está expresso no texto, a luta é formadora de consciência. Portanto, é nos momentos do conflito entre as classes sociais que surgirá um momento de rompimento com essa sociedade no plano da consciência. Veremos que isso mais claro quando criticando os valores da sociedade capitalista, Edgard Leuenroth dirá:

"Liberdade, igualdade e fraternidade só existem como uma grosseira rethorica rotulando muita miséria e oppressão" (...). (LEUENROTH, Edgard. A PLEBE, nº 1, p. 1, 9 de junho).

A ideia de adotarem uma perspectiva ampla de luta será fundamental para a concepção de educação que estamos analisando. Como o processo de educação libertária passa fundamentalmente por compreender a necessidade de uma luta final, *A Plebe* irá relacionar as lutas pelas melhorias atuais e imediatas com seu objetivo final. Assim, a luta de *A Plebe* não era meramente contra a moral religiosa, como às vezes ficara claro no antigo jornal. Mas, sua interpretação sobre o papel do clericalismo ainda é subjacente.

"O clericalismo, que é uma das cabeças desse monstro, só desaparecerá quando, num movimento audaz e vigoroso, se lhe desferir o golpe certo e mortal" (...). (LEUENROTH, Edgard. A PLEBE, nº 1, p. 1, 9 de junho).

Como visto acima, o clericalismo só seria superado com uma força organizada e capaz de derrotá-lo. A luta anticlerical não era meramente uma luta contra a instituição (a Igreja), mas, antes de tudo, uma luta complexa que articularia aspectos culturais, econômicos e políticos.

Outro texto de mesma significância será publicado no número seguinte por Bazílio Torreão. O primeiro parágrafo do texto *Em nome do Povo*, não! é bastante revelador da assertiva acima apresentada: o articulista expressa uma crítica com

fevor à ação dos deputados brasileiros frente à Primeira Guerra Mundial que assolava a Europa naquele contexto.

"Não é verdade que o povo brasileiro tenha legado poderes a quaesquer a essa réqua de sa-lafrarios parlamentares. Não é verdade, porque a mentira do sufrágio é cousa unanimemente proclamada fora de qualquer duvida. As eleições são todas falsas e falsissimas: a imprensa o tem demonstrado um milhão de vezes e são os próprios deputados que o teem confessado e provado" (A PLEBE, nº 2, p. 1, 16 de junho).

Para o articulista, a ação direta⁴ era a forma de o proletariado lutar e combater para edificar uma nova sociedade. Assim, as ações do Estado e suas vias parlamentares são complacentes com as desigualdades sociais e utilizam dos meios formais para legalizá-la. Outras críticas veementes virão contra a Igreja, que no entendimento do jornal seria a instituição que mais forma mentes servis, principalmente nos seus aspectos educacionais.

Contra a Igreja e o clericalismo

Conforme apontamos anteriormente, *A Plebe* como continuação de *A Lanterna* terá diferenças substanciais de conteúdo com o antigo jornal. No entanto, o novo periódico ainda conterà alguns dos principais elementos do antigo periódico. Buscando esclarecer os assinantes sobre a paralisação do jornal, o editorial de *A Plebe* publicará *Aos amigos e antigos assignantes de A Lanterna*. Nesse texto deixarão claro que as "(...) nossas relações com os antigos dedicados amigos não sofrerão solução de continuidade". E justificando a publicação do novo periódico, compreendendo a realidade sócio-histórica da classe trabalhadora, dirá que o jornal tem uma necessidade "(...) mais do que nunca, indispensável" (A PLEBE, nº 1, p. 2, 9 de junho).

Fazendo duras críticas ao clericalismo na educação, o número inicial do periódico irá criticar um grupo de professoras recém-formadas do período que convidaram padres para celebrar "(...) a missa em acção de graças pela terminação do curso" (A PLEBE, nº 1, p. 3, 9 de junho). Nessas ásperas críticas irão ressaltar, pelo próprio contexto e influência dos pressupostos racionalistas das Escolas Modernas, a iniquidade do fato de serem professoras e religiosas. *A Plebe* dirá: "Que professoras vão ter os filhos do povo!..." (idem).

Apresentando duras críticas à moral religiosa e, especificamente, à moral transmitida pela Igreja Católica, o artigo *A Igreja Christã* assinado por F.A.L. assim escreve:

"A igreja christã não é, como geralmente se pensa, uma instituição verdadeiramente sublime, baseada na doutrina de Christo. Ao contrário do que se imagina, Ella é uma instituição anti-christã, baseada num fundo immoral que repugna. As violações que sofre todos os dias a philosophia do mestre, estão ahi para confirmar o que dizemos." (...) (A PLEBE, nº 1, p. 4, 9 de junho).

Continuando o texto, o autor define a Igreja Católica como uma instituição "iníqua, absurda

4 Outro conceito fundamental que trabalharemos aqui é o de *ação direta*. Ancorado em Adonile Guimarães, Christina Lopreato, Anton Pannekoek e José Oiticica, entendemos que a ação direta é crítica da sociedade burguesa proferida pelo movimento operário revolucionário de bases eminentemente libertárias que fornece uma "recusa à tática de representação burguesa, de rejeição ao parlamentarismo" (LOPREATO, 2000, p. 46). Nesse sentido, a ação direta é "a ação dos próprios trabalhadores sem a mediação da burocracia sindical" (PANNEKOEK, 2011, p.119). Assim, ação direta pode ser expressão através do campo da propaganda (no caso a *Imprensa Operária* nos jornais e demais periódicos) promovendo a ampliação da greve gerando assim a autonomia como conduta de vida (idem, p. 120).

e desumana” que produz a “dor, a ignorância, o luto e a desgraça, que embrutece as inteligências e que produz o sangue” (A PLEBE, nº 1, p. 4, 9 de junho).

A intensa campanha anticlerical era um elemento central para entender a estratégia educativa do jornal. O anticlericalismo irá compor as páginas do periódico de maneira libertária, ou seja, articulada como luta contra o capital, já que a aceitação de qualquer autoridade (seja ela religiosa ou não) pressupõe a submissão do indivíduo. Assim pensada, a relação entre o papel do clero junto à sociedade capitalista é a de conciliação de interesses das classes sociais dominantes em detrimento das classes oprimidas.

A Plebe durante a Greve Geral

Retomando as explicações da teoria do capital elaborada por Marx (1982), o advogado ex-redator d’A Lanterna, escreverá sobre a *mais-valia*, conceito extremamente importante na teoria marxista que consiste de maneira geral, no valor do trabalho não pago a quem produz, ou seja, o trabalhador. No texto *O pobre é um vadio?* Benjamin Motta entenderá que a,

(...) “fortuna acumulada, disse-o Carl Marx, e ninguém poderá demonstrar o contrario, é producto exclusivo de trabalho não pago. Logo, quem trabalha não ganha dinheiro, porque o lucro é todo do patrão, e o pobre não é um vadio, é apenas a victima lastimável de uma péssima e detestável organização social (...). Apontem-nos uma grande fortuna ganha honradamente pelo trabalho, e provaremos que para a sua formação concorreram outros factores que não o trabalho exclusivo, manual e intellectual.” (MOTTA, Benjamim. A PLEBE, nº 1, p. 1, 9 de junho).

Ainda no primeiro número do jornal, ressaltase a importância e o surgimento de diversas agremiações, núcleos e sindicatos. Sob o título de *Ação Obreira – O Operariado de São Paulo parece despertar para a luta – Movimentos grevistas – Associações que surgem*, o periódico libertário anunciará a fundação da Liga Operária do Belenzinho e da Mooca, que, sobretudo, fora constituída após as propostas dos trabalhadores combativos.

(...) “fazendo com que entre os trabalhadores, sujeitos agora, como nunca, a uma situação verdadeiramente intolerável, devido á acção aladroada dos patrões, insaciáveis sanguessugas sociaes, se comece a sentir a necessidade de agir contra os bandidos que, ao abrigo da lei, vivem a roubar o producto do seu trabalho insano” (A PLEBE, nº 1, p. 3, 9 de junho).

Conforme ressaltamos, foram os múltiplos fatores para a eclosão da greve geral de julho. Assim pensando em múltiplos fatores, Florentino de Carvalho apresentará ao operariado paulista os principais motivos da greve, ressaltando principalmente, as condições materiais que esta classe está submetida.

O Momento – O porquê das Gréves

“A miseria e o trabalho transformam-se em ouro, em vil metal, que corre em torrentes caudalosas para os cofres dos negreiros do Capital e do Estado, operando-se este milagre pelo talisman da exploração e do imposto.” (...) (CARVALHO, Florentino de. A PLEBE, nº 5, p. 1, 9 de julho).

Ainda,

“O operariado realiza, portanto, uma obra justiceira conquistando pela greve ou outros meios de acção directa tudo quanto lhe é extorquido, roubado legal ou ilegalmente. E não devem perder esta ocasião favorável em que os collocou o incremento do trabalho, que evita em parte a concorrência de braços. O movimento deve generalizar-se a todas as classes, alastrar-se por todo o paiz, afim de que as conquistas sejam mais rapidas e radicaes.” (...) (CARVALHO, Florentino de. A PLEBE, nº 5, p. 1, 9 de julho).

Eça de Queiroz escreverá o artigo *Plebe* que será publicado no número 5 do jornal ressaltando as condições desfavoráveis da classe trabalhadora que, segundo ele, é um povo que “(...) chora de fome, e da fome dos seus pequeninos – para que os Jacynthos, em janeiro, debiquem, bocejando, sobre pratos de Saxe, morangos gelados em champagne e avivados d’um fio de ether!” (A PLEBE, nº 5, p. 1, 9 de julho).

Além desse texto de Eça de Queiroz, outro nos chama a atenção. Em meio aos acontecimentos grevistas, *A Plebe* buscava esclarecer aos trabalhadores o papel do CDP⁵ para deixar claro suas posições, além de vetar possíveis reações da classe contra o órgão.

Assim dirão em *A’ guisa de ultimatum*

“O programa communicado aos jornaes pelo Comité de Defeza Proletaria era o minimo que um comité de defeza, sahido das multidões vencidas pela fome, espoliada, roubada e assaltada pelos cossacos do Estado poderia reclamar” (A PLEBE, nº 6, p. 1, 21 de julho)

Confirmando nossa tese de que *A Plebe* propagava mecanismos de uma educação libertária, o texto de João Crispim deixa claro que a greve geral seria a única estratégia, naquele contexto, potencialmente revolucionária utilizada pela classe trabalhadora.

“O unico recurso para que póde appellar a classe trabalhadora é a greve geral de todas as classes operarias da capital, do Estado, do Brasil, afim de oppor á força bruta do capitalismo a grande força do trabalho. Agitem-se as classes laboriosas, estreitem os laços de solidariedade, revolttem-se, pois somente arvorando o pendão das rebeldias e da guerra contra os exploradores e verdugos se alcançará melhores condições de existência, obrigando-os a cair aos nossos pés pedindo misericórdia” (A PLEBE, nº 6, p. 2, 21 de julho).

Valendo-nos de artigo publicado em *A Plebe*, nº 6, intitulado *O Appello aos Soldados*, nota-se que a reafirmação do caráter de classe da ação anarquista

⁵ O Comitê de Defesa Proletária era um órgão que reunia representantes dos sindicatos e de organizações operárias e que fora constituído durante a greve geral. Tinha o papel de organizar os grevistas e intermediar as negociações durante os dias das paralisações. Para mais, cf. Lopreato (2000, p. 35).

era frequente e bastante usual (no entanto. Difusa e presa em círculos operários e militantes), já que a consciência de classe seria fundamental para a união dos trabalhadores. Nesse artigo acima descrito encontramos uma forma de conscientizar os soldados, propondo para esse grupo específico, que não deveriam “perseguir os nossos irmãos de miséria”.

“Vós, também, sois da grande massa popular, e, si hoje vestis a farda, voltarei a ser amanhã os camponeses que cultivam terra, ou os operários explorados das fabricas e officinas. (...) Cumpri o vosso dever de homens! Os grevistas são vossos irmãos na miséria e no soffrimento; os grevistas morrem de fome, ao passo que os patrões morrem de indigestão! Soldados! Recusai vos no papel aos carrascos!” (A PLEBE, n° 6, p. 2, 21 de julho).

Compreendida que a ação anarquista e sua mentalidade seriam algo novo frente à história da humanidade, os articulistas do jornal tentarão justificar esse entendimento através da noção de que os libertários teriam as aspirações de uma sociedade radicalmente distinta da capitalista.

“A mentalidade anarquista é uma mentalidade nova. Constrangidos a viver num mundo decrepito, em continuo esfacelo, e cuja existência só com guerras e oppressões de todo o gênero é possível perpetuar, os anarquistas, pelo espirito, pela vontade, pelas aspirações pertencem a um mundo que ha-de vir” (A PLEBE, n° 3, p. 4, 23 de junho).

Os pressupostos políticos e pedagógicos da ação direta também ressoavam nas críticas aos métodos utilizados pelo Estado em relação à educação. Combatendo o militarismo nas escolas, em setembro de 1917 após as festividades da efeméride de Independência do Brasil e dias antes de seu primeiro empastelamento, o periódico libertário publicará um breve texto assinado por sr. Ellis intitulado *Farpas de Fogo – Soldadinhos*. Nesse texto, denunciará a formação de uma consciência militarizada nos estudantes e fará críticas impetuosas ao Estado que financiara tal educação.

“E, como se vê, o progresso do militarismo em marcha. Não bastava já haver serviço militar obrigatorio – tornou-se preciso também introduzir nas escolas o ensino da matança! (...) Em vez de a educarem racionalmente, demonstrando-lhe o erro, o preconceito e o dogmatismo, para que possam amanhã gosar integralmente um Porvir suavizador, prega-lhe a pratica do assassinato, o roubo, da pilhagem e da destruição para que esta sociedade putrefacta se eternise na face da terra!” (A PLEBE, n° 13, p. 1, 8 de setembro).

O fim da greve geral terá um desfecho bastante complexo. Quando o CDP foi criado em meio aos acontecimentos grevistas, ele tinha o intuito de unificar a luta dos trabalhadores em prol de uma luta classista e, logo, politizada e organizada. Após a greve notamos que será necessário continuar as atividades feitas pelos grevistas em novas formas de organização popular. É entre uma dessas organizações que ressurgirá a FOSP (Federação Operá-

ria de São Paulo) e as demais ligas operárias. Sua rearticulação será sempre lembrada nos números do jornal que seguirão após a greve até seu empastelamento. Trataremos das ressonâncias da greve no próximo ponto.

A Plebe após a Greve Geral

Quando *A Plebe* anuncia *Os trabalhadores continuam em actividade* (*A Plebe*, n. 13, p. 2, 08 de setembro), foi a prova cabal de que as novas agremiações de trabalhadores surgiriam no Estado de São Paulo. A classe operária vivia um período de reorganização pós-greve e constituía novos órgãos de resistência que serão reprimidos com veemência nos meses que sucedem a julho. Porém, ainda denunciando o não cumprimento dos acordos feitos entre patronato e classe trabalhadora, *A Plebe* irá continuar com um árduo trabalho de denunciar o não cumprimento, além de almejar, caso necessário, uma nova greve geral. Assim, inúmeros textos continuarão a ser publicados até a paralisação do periódico (que só retornará em 1919) após a prisão de Edgard Leuenroth.

Após acontecimentos grevistas, o periódico irá lançar mão de uma forma de interpretação do passado que elenará as experiências que a classe trabalhadora ganhou com o acontecimento ao reafirmar a necessidade da ação direta e sua derradeira importância para o fim do capitalismo.

“Esses acontecimentos para nós, dizem mais que as melhores dissertações sobre o valor e o significado da ação direta na luta contra os inimigos do trabalhador. Vimos o seu resultado em São Paulo, não há ainda um mez. Erguendo-se em massa contra os seus tyrannos e exploradores, fez exploradores e tyrannos oscillar nos seus privilegios e o proprio Estado, guarda desses privilegios, tremor na sua base de seculos, aturdido de pavor” (A PLEBE, n° 9, p. 1, 11 de agosto).

Foi compreendendo a estratégia política da ação direta como mecanismo de luta dos trabalhadores que se entendeu a necessidade “deante da acção directa da massa, da massa que se agita, actua e quer, recuam todas as prepotências, aco-ardam-se todas as tyrantias, desfazem-se e desaparecem todos os cynismos” (A PLEBE, n° 9, p. 1, 11 de agosto).

Todavia, a repressão ao movimento grevista de 1917 será exemplar e marcará os últimos dias da primeira fase de *A Plebe*, explica Lopreato (2000, p. 209). O periódico que foi lançado em nove de junho terá sua última publicação de 1917 no dia 30 de outubro. No entanto, *A Plebe* ressurgirá em 1919 e permanecerá publicando até no ano de 1951, fruto de mais uma ação policial (LOPREATO, 2000, p. 109).

No contexto de fim da greve geral até a paralisação do periódico, notamos uma recomposição e um apelo mais significativo à classe para que fiquem claros os acordos e vitórias conquistados, além da necessidade de uma retomada dos movimentos sociais de combatividade. Resumindo as vitórias da classe trabalhadora com a greve geral de julho, o periódico irá assim publicar:

“Embora em parte, os capitalistas e governantes cederam:

Os industriais assumiram perante o “Comitê” de Jornalistas o compromisso seguinte:

a) manter a concessão feita, de vinte por cento sobre os salários em geral;

b) afirmar que não será dispensado nenhum operário que tenha tomado parte na presente greve;

c) declarar que respeitarão absolutamente o direito de associação dos seus operários;

d) effectuar os pagamentos dos salários dentro da primeira quinzena que se seguir ao mez vencido;

e) consignar que acompanharão com a máxima boa vontade as iniciativas que forem tomadas no sentido de melhorar as condições moraes, materiaes e económicas do operariado de S. Paulo” (A PLEBE, nº 6, p. 4, 21 de julho).

Apresentando justificativas sobre a necessidade da implementação regular das oito horas de trabalhos diários, Andrade Cadete em texto elucidativo sob o título de *8 horas de trabalho*, dirá que a luta pela redução da jornada de trabalho é proficua para o trabalhador por questões físicas, e para o patronato que desfrutará de mercadorias melhores. Assim ele dirá:

“Na jornada de 8 horas igualmente se observa que o trabalho produzido é mais perfeito, isto por se encontrar o funcionamento do organismo humano completamente regularizado e lhe ser dado o correspondente descanso. Nestas condições, o detentor dos instrumentos de trabalho vê valorizado os seus artigos e por consequência com mais margem para poder concorrer no mercado” (A PLEBE, nº 12, p. 1, 1º de setembro).

Outro fator elementar de frutos da organização será a construção da Federação Operária de São Paulo (FOSP) em substituição do Comitê de Defesa Proletária (CDP), no dia 26 de agosto, com

“a mesma linha de organização que a antecedeu, manifesta-se contra as prisões de operários fazendo impetrar ordens de habeas corpus em favor dos prisioneiros” (KHOURY, 1981, p. 26).

Ressaltando a necessidade e importância do novo órgão da classe operária, o anarquista João Penteado irá dizer que a recente Federação Operária nada mais é do que um:

(...) “organismo vivo e poderoso, apesar de recente, apesar de ter nascido hontem, não deixa de traduzir as nossas mais caras “esperanças e prometter abundantes e saltares fructos para a causa da emancipação do proletariado!” (A PLEBE, nº 11, p. 1, 25 de agosto).

O trecho acima descrito ilustra a forte expectativa em relação ao novo periódico que teria o salutar papel de incentivar e potencializar a luta de classes. Após esse artigo, com total entusiasmo, a edição do jornal terá frases de destaque sobre a criação da FOSP, dentre as quais se destaca: *Actividade Animadora – Desenvolve-se o movimento do Proletariado; A Federação Operaria foi reconstituída*

com grande entusiasmo – Nova grèves de protesto (A Plebe, nº 12, p. 3, 1º de setembro).

Ao reafirmar as bases do sindicalismo revolucionário, destaca-se no periódico a descrição feita sobre as bases do acordo e a forma de estruturação da Federação em relação aos sindicatos operários não oficializados. Nesse âmag, irão dizer:

“As classes que para melhor poderem resolver os trabalhos syndicaes, decidirem dellas se destacar a fim de constituirem secções das uniões de industriais ou officios ou syndicatos autônomos, manterão, junto ás mesmas, comissões de relação compostas de dois delegados” (A PLEBE, nº11, p. 3, 25 de agosto).

Após as contínuas perseguições aos membros de sindicatos e federações, o periódico lançará com mais frequência artigos sem assinatura de seus autores (certamente para assegurar e manter certa segurança individual e coletiva). *A Plebe*, nº13 publicará o seguinte artigo inicial: *Que nojo!... – Havemos de reagir, apezar de tudo*. Nesse texto, a ação direta será retomada em forma de aclamações veementes para a classe trabalhadora que, denunciando as deportações e mortes de operários, proferirá as seguintes palavras contra os órgãos oficiais do Estado:

“Não! Mil vezes não! Havemos de reagir, atravez de tudo, contra esse crime inominável, expondo os seus objectos autores á ignomínia, á justiça popular, a fim de que uns laivos de remorso penetrem nas suas consciencias pervertidas. Havemos de mostrar a nossos irmãos trabalhadores, custe o que custar, doa a quem doer, as consequências funestas que advêm da desigualdade economica e social presente, apontando-lhes, simultaneamente, o caminho conducente á sua integral emancipação” (A PLEBE, nº 13, p. 1, 25 de agosto).

Bastante reveladora da repressão sobre a classe operária, os últimos números do periódico serão recheados por denúncias dos atos policiais sobre os membros de sindicatos, federações, jornais operários, que ainda estavam a todo vapor propagando seus ideais, mesmo após a greve de julho. A necessidade de uma união será necessária para “oppôr uma barreira tenaz ás arremetidas de tão audaciosos escravocratas” (A PLEBE, nº suplemento, p. 1, 15 de setembro).

Exemplificando isso, o jornal em seu décimo terceiro número publicará *Que Banditismo! A infame trama policial – Está sendo forjado um processo contra os militantes anarchistas*. Nesse texto assinado por R. F.⁵ a ação das forças militares em repressão aos indesejáveis (LOPREATO, 2000) será clara. Vejamos:

“A imbecilidade do governo, como a imbecilidade da polícia (já que as duas se confundem) não está, precisamente, no facto de desejar a expulsão de alguns operarios, cuja presença o governo ou a polícia julgam perigosa para o exercicio deste governo para a acção desta policia. Somos os primeiros a reconhecer que o governo, seja elle qual for, tem o direito de legitima defeza. A imbecilidade não está, portanto, no exercicio deste direito, mas no mau uso que deste direito

⁵ Fruto das perseguições do pós-greve, o aumento de textos assinados com pseudônimos e abreviações, nos impede de identificar o autor citado.

o governo quer fazer” (A PLEBE, nº 13, p. 2, 8 de setembro).

Com certa virilidade, o pequeno texto irá rebater as alegações por parte da polícia de que as greves eram frutos dos *indesejáveis*⁶, ou seja, um pequeno e articulador grupo de anarquistas e não da classe em si.

“De facto, só um governo de microcephalos pode conceber que os movimentos grevistas são obra de meia dúzia de operários professando idéas subversivas. É, literalmente, o que se pôde chamar o Maximo de obtusidade na arte de discernir. As causas únicas das greves, causas econômicas, causas Moraes, essas o governo ignora-as superiormente e superiormente as despreza” (A PLEBE, nº 13, p. 2, 8 de setembro).

A presença desses indesejáveis só comprova a tese de que “os libertários representavam uma força política ativa e incômoda aos industriais e aos poderes constituídos” (LOPREATO, 2000, p. 217).

Entendido pelo governo como “indesejáveis”, os militantes anarquistas serão penalizados por serem os culpados pelos conflitos na greve de julho, e uma possível articulação de uma nova paralisação geral. Apresentando os elementos dessa designação feita aos anarquistas, em 30 de setembro J. Guanabara escreverá em “Os indesejáveis” assim que as ações repressivas do Estado farão com que “em breve, germinará em resultados grandiosos” (A PLEBE, nº 15, p. 1, 30 de setembro). Para o articulista, o fenômeno de dar aos anarquistas o adjetivo de indesejáveis era normal e usual.

As práticas repressivas aos militantes libertários eram vistas como “crimes do Estado”, uma “campanha infame” contra os “apostolladores das ideias avançadas”.

Assim definido, o Estado é:

(...) “essa terrível machina destruidora que arrastas milhares de homens ao matadouro humano – A GUERRA. E os políticos, que pregam ao povo o militarismo, jamais se levantaram contra esse tremendo flagelo.” (A PLEBE, nº 15, p. 1, 30 de setembro).

O redator d’A *Plebe* será preso em fins de setembro quando uma “escala da repressiva do governo” invade a sala onde funcionava a redação do jornal (ADDOR, 1986, p. 119). Com isso, os interesses específicos da classe trabalhadora, *orientados* e propagados por parte da imprensa operária (já que o periódico A *Plebe*, é um dos tantos jornais operários que circularam no Brasil durante esse período), se encontram em completo retrocesso, já que as reivindicações atendidas no plano teórico encontram-se distantes de serem realizadas na prática. Edgard Leuenroth foi preso no dia 14 de setembro de 1917 e liberto apenas em oito de março de 1918 sob a acusação de ser o autor e mentor do roubo ao Moinho Santista no dia 11 de julho durante a greve (LOPREATO, 2000, p. 187).

Por mais que a primeira fase de A *Plebe* (julho a outubro de 1917) fora efêmera, publicando apenas 19 números, ela foi um órgão da classe operária de grande relevância no contexto de sublevação do operariado em 1917. Assim, conforme

ressaltou Guimarães (2011, p. 110), são esses mecanismos que reverberam o que se compreende por *ação direta*, uma prática ética “alicerçada em princípios morais de uma sociedade comunista e libertária futura” que só seria possível através da luta de uma classe específica (a trabalhadora) para a dissolução das relações sociais capitalistas, através da ação direta.

Considerações finais

Para concluir esse trabalho, sem fechar as portas da reflexão, entendemos que o periódico A *Plebe* reverbera seus objetivos e sua forma de conceber uma determinada concepção de ação política e pedagógica voltada para a revolução social através da *ação direta*. Seus elementos principais - juntamente com outros secundários - estão presentes, além de uma aparência e da retórica utilizada: influem-se novas formas de sociabilidade entre os indivíduos para além do Estado e do capitalismo. Diria, por ora, que o pensamento difundido por A *Plebe* traz com consistência política e pedagógica os pressupostos de novos tipos de relações sociais que, para o ideário dos anarquistas, não é uma “fantasia quimérica” ou um “sonho abstrato”, e sim concreto, fruto das contradições sociais existentes, utilizando-se da ação direta como mecanismo de realização.

Propagadores de uma ruptura radical em relação à sociedade de classes e ao futuro da classe operária, o periódico anarquista reacenderia as chamas da *utopia concreta*⁷, buscaria um otimismo em relação ao pessimismo, já que esse último, nas palavras do filósofo alemão Ernst Bloch nada mais é do que “paralisação pura e simples” (BLOCH, 2005, p. 432).

A *Plebe* se constituiu como uma propulsora elementar do periodismo militante com objetivos claros: a busca de uma sociedade livre e igualitária fundada nos princípios da anarquia.

⁶ Os *indesejáveis* eram assim intitulados pelos órgãos repressivos do governo. Faziam alusão, quase que majoritariamente, aos militantes combativos, sobretudo os anarquistas. Para mais, cf. Lopreato (2000, p. 153 – 198).

⁷ Abrindo as possibilidades ao operariado de lutar por uma sociedade radicalmente diferente desta. Para esse conceito, ver: Bloch (2005, p. 28; 400 – 430).

Referências Bibliográficas

Jornais *A Plebe*

n° 01, 09-06-1917; n° 02, 16-06-1917; n° 03, 23-06-1917; n° 04, 30-06-1917; n° 05, 09-07-1917; n° 06, 21-07-1917; n° 07, 28-07-1917; n° 08, 04-08-1917; n° 09, 11-08-1917; n° 10, 18-08-1917; n° 11, 25-08-1917; n° 12, 01-09-1917; n° 13, 08-09-1917; n° 14, 22-09-1917; n° 15, 30-09-1917; n° 16, 07-10-1917; n° 17, 14-10-1917; n° 18, 21-10-1917; n° 19, 30-10-1917; Suplemento, 15-09-1917.

BIBLIOGRAFIAS

BAKUNIN, M. (2009), *Catecismo Revolucionário: Programa da Sociedade da Revolução Internacional*. São Paulo, Imaginário/Faísca.

BLOCH, E. (2005), *O Princípio Esperança vol. 1*. Rio de Janeiro, Contraponto.

BOSI, A. (1977), *O ser e o tempo da poesia*. São Paulo: Cultrix.

BURKE, P. (2004), *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru, EDUSC.

CALSAVARA, T.; MORAES, C. S. V. (2002), "Os anarquistas e a educação - as escolas modernas ou racionalistas" in *II Congresso Brasileiro de História da Educação - História e Memória da Educação Brasileira*, Natal.

CORRÊA, H. S. S. (2010b), *Revista A.B.C.: Apontamentos de seus Primeiros Anos na segunda década do século XX*. Anais do II Colóquio da Pós-Graduação em Letras. Marília, UNESP.

CORRÊA, F. (2011), *Ideologia e Estratégia: anarquismo, movimentos sociais e poder popular*. São Paulo, Faísca.

_____. (2012), *Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo, São Paulo.

GARZIA, R. F. (2011), *Pela Desordem: Imagens e Imaginário da Revolução Social entre o Círculo Militante do Jornal A Plebe (1917-1922)*. Anais do V Congresso Internacional de História. Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em História.

GAWRYSZEWSKI, A. (2009), "A imagem como instrumento da luta anarquista" in A. GAWRYSZEWSKI (org.), *Imagens Anarquistas: análises e debates*, Londrina, Universidade Estadual de Londrina.

GUIMARÃES, A. A. (2011), *Anarquismo e ação direta como estratégia ético-política (persuasão e violência na modernidade)*. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História.

GUARDIA, F. F. (2010), *A Escola Moderna*. Piracicaba, Ateneu Diego Giménez.

HAGEMEYER, R. R. (2008), "A Internacional: sentidos dissonantes no hino dos trabalhadores durante a Guerra Civil Espanhola". *Projeto História*, 36: 211-231.

KHOURY, Y. (1981), *As Greves de 1917 em São Paulo e o processo de organização proletária*. São Paulo, Cortez.

LEUENROTH, E. (1963), *Anarquismo: roteiro da libertação social. Antologia de doutrina crítica-histórica-informações*. Rio de Janeiro, Mundo Livre.

LOPREATO, C. S. R. (2000), *O Espírito da Revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume/FAPESP.

MAIO, S. R. (2012), "Imagens em Walter Benjamin: universo ficcional e Literatura". *Revista FronteiraZ*, 9, São Paulo.

MALATESTA, E. (2008), "Um pouco de teoria" in *Escritos Revolucionários*. São Paulo, Hedra.

_____. (2007), "Anarquismo y Anarquia" in RICHARDS, V. *Malatesta: pensamiento y acción revolucionarios*. Buenos Aires, Tupac Ediciones.

MARX, K. (1982), *Para a Crítica da Economia Política — Salário, Preço e Lucro — O Rendimento e Suas Fontes*. São Paulo, Abril Cultural.

MATEUS, J. G. F. (2012), *Anarquismo e Educação: uma perspectiva libertária*. Rio de Janeiro, Rizoma Editorial.

PANNEKOEK, A. (2011), *Partidos, Sindicatos e Conselhos Operários*. Rio de Janeiro, Rizoma Editorial.

RODRIGUES, E. (1969), *Socialismo e Sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Laemmert.

_____. (1997), *Pequena História da Imprensa social no Brasil*. Florianópolis, Insular.

_____. (s/d), *Trabalho e Conflito. Pesquisa 1906 – 1937*. Rio de Janeiro, Arte Moderna.

_____. (1994), *Os Companheiros*. Rio de Janeiro, VJR.

_____. (1997), *O Homem e a Terra no Brasil*. Florianópolis, Insular.

_____. (1984), *Os anarquistas: trabalhadores italianos no Brasil*. São Paulo, Global.

SAMIS, A. (2002), *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo, Imaginário.

_____. (2004), "Pavilhão negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil" in E. COLOMBO (orgs.), *História do Movimento Operário Revolucionário*, São Paulo, Expressão e Arte & Imaginário.

_____. (2009), *Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos*. Lisboa, Letra Livre.

VALCANTI, B. C. (2010), *Imaginários e Representações Através das Imagens nos Jornais Anarquistas – A Plebe (1917 – 1930)*. in *Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade*. ANPUH/SP – UNESP-Franca.



